

Hora da virada

Economia - Brasil

CIRO GOMES*

Reafirmar o respeito às instituições democráticas e o respeito à vontade popular recém-manifestada nas urnas, relembrar a pujança dos fundamentos reais da economia e da sociedade brasileiras, renovar o nosso compromisso contra a inflação predadora dos salários devem ser as premissas para tentarmos um grande diálogo nacional que nos permita, como nação, superar a terrível crise que finalmente começa a nos mostrar sua cara horrenda.

Falo com a autoridade moral de quem, neste espaço a mim concedido pela tradição democrática e libertária do nosso *JB* e na luta política que abracei, vinha tentando advertir nossas autoridades e nossa opinião pública sobre os gravíssimos desdobramentos que um misto de incompetência, ortodoxia financeira e oportunismo político acabariam por produzir em nosso país, a ponto de pôr tudo a perder, inclusive no campo delicado da legitimidade dos governantes.

A hora agora, por sua gravidade, e pelas terríveis implicações que ainda pode trazer, não é, entretanto, para a auto-referência do “eu não avisei?”, que nada produz. Muito menos a hora permite a exacerbação retórica radicalóide que nada constrói. Nem mesmo esta oportunidade é para a apuração de responsabilidades, notórias, aliás.

A hora é de reunirmos as energias nacionais para fazermos deste azedo limão uma limonada verde-amarela. É hora de instaurar-se no país um amplo diálogo nacional e nos entendermos como pátria atacada de fora para dentro e de dentro para fora por especuladores apátridas, abutres da falência de nossas finanças públicas, espertalhões aproveitadores das fragilidades políticas de uma quadra de poder precocemente decadente e descrente das energias de nosso povo.

A emergência é estancar a sangria de divisas brasileiras (pertencentes a nacionais) em direção

ao exterior e negociar – sem violência ou quebra de contratos – um novo perfil para a dívida tanto em prazos quanto em custos. Isso permitirá dar-se conteúdo concreto e não demagógico à aspiração geral do país por uma queda nas loucas taxas de juros que quebram empresas, desempregam pessoas, levam consumidores do crediário ao SPC, tornam pitorescas todas as pretensões de se promover o tal ajuste fiscal. Não há, convença-se o brasileiro, ajuste fiscal possível com uma dívida interna que explodiu e que manda para o tesouro público uma conta de juros que pode ir a estratosféricos 70 bilhões de reais só neste ano.

A diretriz do diálogo é a construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento com começo, meio e fim. O antiprojeto que está aí só nos levará ao desastre econômico, social e político. E à negação de nossa identidade como nação soberana.

Em vez da crença cega na mitológica figura do “mercado” do preconceito neoliberal, a recuperação da capacidade do estado moderno de planejar de forma descentralizada, transparente e socialmente controlada as estratégias gerais de trabalhar, produzir, comercializar interna e externamente, capacitar-nos tecnologicamente. E mais é preciso: consertar as bases do financiamento de nossa produção, emancipar nosso povo educacional e politicamente.

Em vez da aposta temerária e estúpida de que seríamos salvos da tragédia pelo capital estrangeiro, a forte disciplina de construirmos aqui dentro um elevado nível de poupança interna, condição, aliás, para que o bom capital externo, o da produção, de fato venha nos ajudar. O capital que ajude a nos desenvolver será sempre muito bem-vindo.

Construir poupança interna no caso brasileiro presente começa com dois movimentos claros, complexos e só realizáveis através de um amplo diálogo que transcenda os limites convencionais da política naturalmente repartida entre governo e opo-

sição: um novo modelo para nosso sistema de impostos e uma nova matriz para nossa poupança previdenciária. E termina numa estratégia de parceria entre o governo, os agentes produtivos e a sociedade, para vincular aquela poupança à produção, à geração de empregos e ao incremento da participação dos trabalhadores na renda nacional. Vale dizer, em português claro: na restauração da esperança dos humildes brasileiros de que trabalhando poderão viver com dignidade, numa sociedade solidária que acabe com a desanimadora crônica de privilégios e impunidade que nos faz, em vez de nação respeitável, uma cambada de egoístas e miseráveis acampados por aqui à falta de outro lugar.

O modelo tributário deve ousar desonerar a produção e os salários e basear-se na tributação do consumo. Os defeitos desse modelo, que encerra uma certa regressividade, serão mais do que compensados por uma despesa pública fortalecida e bem orientada a financiar a eliminação das brutais desigualdades. O pacto federativo dilacerado precisa ser recelebrado nesse contexto.

O modelo previdenciário deve abandonar a crença ilusória e perversa de cortes de benefícios, no mais das vezes já indignos, sem embargo de anular todos os abusos e montar um novo sistema baseado naquilo que os especialistas chamam de regime de capitalização. Só uma previdência pública controlada diretamente pela sociedade encerrará a atual crônica de falência, corrupção, desperdício e sonegação impunes.

Os “pragmáticos”, os “realistas” dirão que é difícil, que é arriscado, que o “mercado” vai ficar zangadinho. Isso é falso! Sei entretanto que qualquer alternativa no regime presidencialista passa necessariamente pela iniciativa do presidente.

Presidente Fernando Henrique, é hora da virada!

*Ex-ministro da Fazenda